

A REFORMA DO ENSINO JURÍDICO

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

Introdução

UMA GRANDE PEPLEXIDADE domina a área do direito nesse momento de reforma profunda da vida universitária brasileira.

Tem sido comum a afirmação de que as Faculdades de Direito foram a resistência conservadora mais forte ao processo de mudança da estrutura universitária. Parece que a afirmação vincula o papel que a Faculdade de Direito desempenhou como formadora de elites dirigentes. Perder este papel representou o declínio do ensino jurídico, com a revelação que o ensinado era o direito-morto e não o direito-vivo.

É certo que os espíritos mais conscientes sempre admitiram que o direito como técnica social suprema não poderia sobreviver com a manutenção do processo didático tradicional.

A experiência universitária revelou que a ultrapassagem do advogado, como agente da mudança social pelo economista ou pelo sociólogo, decorreu essencialmente do enclausuramento das Faculdades de Direito na análise exclusiva da realidade jurídica, como se esta fosse independente da realidade social global. O afastamento do jurista agravou-se com a aceleração do desenvolvimento. Inverteram-se as projeções sociais passando a emergir o fato econômico, o fato sociológico e o fato político, como eixos científicos do desenvolvimento planejado.

Esse equívoco, que acreditamos passageiro, só foi possível pelo atraso em que foi mantido o ensino jurídico, sempre focado para a ministração de informação enciclopédica, sujeita ao brilhantismo expositivo de alguns docentes, e limitado pelo rigor da dogmática jurídica. E as conseqüências atingiram fundo o processo didático, quer pela dificuldade

de manter bons professores. quer pela distância entre o lecionado e a realidade social, quer pela passividade dos alunos, nunca provocados para o despertar do raciocínio jurídico.

Eu gostaria de vincular diretamente o possível renascer do ensino jurídico com a camisa-de-força que foi vestida nas Faculdades de Direito pela reforma universitária brasileira a partir de 1968.

A Reforma Universitária

Um dos objetivos fundamentais da reforma universitária é a racionalização da universidade. O que se pretendeu foi substituir o conceito do conglomerado como característica da universidade pelo conceito de universidade-sistema. A projeção deste conceito no campo acadêmico merece ser refletida cuidadosamente. Por um lado permite uma integração científica que conduz a uma visão interdisciplinar da realidade. Por outro lado, faculta a plena utilização dos recursos disponíveis que conduz à otimização das potencialidades universitárias. O que me parece importante destacar, nesse passo, é a possibilidade de ampliar-se a perspectiva do processo didático por meio da flexibilidade na composição curricular. Esta flexibilidade, mesmo considerada isoladamente, oferece uma primeira provocação ao aluno para que ele participe com maior intensidade no processo didático. O que eu quero dizer é que o aluno tem uma primeira chance de integrar-se efetivamente na Universidade, transformando-se, por esse meio, em agente do processo universitário.

As Faculdades de Direito acostumadas ao comportamento passivo de alunos e professores, sentiram que a dinâmica da nova Universidade não facilitava a continuidade do ensino tradicional, nem era compatível com o isolamento do curso jurídico do grupo de ciências sociais afins.

O Problema do Mercado de Trabalho

A reação não surgiu artificialmente nas Faculdades de Direito. Alunos postularam participação na vida acadêmica, premidos por uma circunstância específica. O mercado de trabalho começou a apresentar uma curva de oferta bem menor do que a demanda. Mas, este fenômeno poderia ser atribuído exclusivamente à mudança social em curso, que estaria desprezando o conhecimento jurídico, para valorizar o econômico, o sociológico, o político, ou ainda, poderia ser atribuído à quantidade de bacharéis lançados no mercado. Mas tudo isso é meia verdade. A curva de oferta tornou-se menor em razão da qualidade.

O ensino jurídico sofreu um processo de esclerose tão acentuado que, em dado momento, os egressos das Faculdades de Direito nem ao menos poderiam reivindicar a qualificação de "técnicos em idéias gerais". Pode-se concluir, agora, que o mercado não repeliu o bacharel em direito. Repelido foi o ensino jurídico, como ministrado tradicionalmente nas Faculdades de Direito. A razão é simples. A sociedade não pode dispensar a presença do jurista, do advogado. A função social do Direito, que eles devem desenvolver, nessa hora de transformações, é disciplinar o processo de mudança, reger as suas consequências, compor os conflitos e formular a norma jurídica com a dimensão total da realidade social. Como se pode verificar, é função relevante que não pode faltar.

O Amadorismo Docente

Os professores começaram a avaliar o seu papel e, conscientemente, começaram a constatar que o amadorismo docente não tinha lugar no quadro criado pela universidade reformada.

O amadorismo docente se manifestava por diversas formas. Não havia preparação adequada das aulas. A cultura jurídica geral pretendia suprir o minucioso e indispensável trabalho didático que deve preceder as aulas. Os professores dedicavam pouquíssimo tempo à vida acadêmica. A ministração da aula esgotava o processo didático, o que

significava, freqüentemente, o abandono do aluno na generalidade das informações que recebia. O currículo enciclopédico induzia o professor a esgotar os programas sem a necessária preocupação de propiciar ao aluno conhecimento e o aprendizado dos pontos basilares das disciplinas lecionadas. O que ocorria era o mero enunciado de todos os pontos do programa sem qualquer aprofundamento. E o que é mais grave, não despertava o raciocínio jurídico do aluno, o que impossibilitava a compreensão adequada do fenômeno jurídico. O currículo era montado de modo a dirigir o estudo do aluno à realidade jurídica desamarrada da realidade social. Tudo isso agravou a atitude passiva diante do conhecimento e permitiu que o aluno culpasse o professor pelo insucesso do curso, visto que o docente era o único responsável pela ministração do conhecimento.

Dissemos que a reação não foi artificial porque a convivência universitária levou os alunos e professores a refletirem sobre o melhor aproveitamento científico que a universidade-sistema poderia proporcionar-lhes. O estabelecimento do regime de créditos, a fixação do pessoal docente, a oferta de melhores salários, o tempo de maior permanência dos alunos na Universidade, o contato mais estreito de estudantes e professores das diversas áreas de conhecimento, todos estes novos ângulos da Universidade brasileira estimularam as reflexões sobre a urgência da mudança.

Não deve ser esquecido um fator relevante. A aceleração do desenvolvimento brasileiro exigiu capacitação profissional melhor adestrada e mais sofisticada. Outro aspecto importante é que, por paradoxal que pareça, o momento da especialização é também o momento da interdisciplinariedade.

Essas novas condições da vida universitária fertilizaram o campo do ensino jurídico, preparando-o para acolher o plantio da reforma. A perplexidade foi a primeira reação. Essa perplexidade bem poderia ser

perspectiva de uma crise de conseqüências incontrolláveis. Crise porque, destruído o sistema de convicções que regeu a vida pretérita, não se apresentava, de imediato, um novo sistema para substituí-lo.

O CEPED e a Mudança da Metodologia

Em 1966 - dois anos antes da objetivação da reforma universitária - uma experiência pioneira começou a oferecer uma terapia para tratar da debilidade progressiva do ensino jurídico. O CEPED - Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito - criado por Resolução do Conselho Universitário da Universidade do Estado da Guanabara, começou a funcionar na Fundação Getúlio Vargas.

Qual a finalidade do CEPED? O aperfeiçoamento de professores e advogados, mediante a aplicação de novos métodos de ensino jurídico e a execução de pesquisas e estudos especializados no campo do Direito.

A ênfase maior recaiu sobre a mudança da metodologia do ensino. É certo que o fortalecimento do ensino jurídico não se exaure na mudança da metodologia. Há outros aspectos relevantes. O currículo, o recrutamento de pessoal docente, a manutenção de boa biblioteca, são todos eles importantes dentro do quadro. Mas, pareceu aos dirigentes do CEPED, que despertar o alunado da passividade em que se encontrava poderia ser o instrumento mais eficaz para mudar o próprio sentido do ensino jurídico na sociedade brasileira em desenvolvimento. Não se trata apenas de provocar o aluno para que ele participe mais intensamente no processo didático. Fosse esse o objetivo seria suficiente recorrer às técnicas pedagógicas mais modernas que indicam os procedimentos corretos. O que contém a expressão mudança da metodologia do ensino, na visão do CEPED, é despertar o raciocínio jurídico do aluno na presença do direito-vivo. O salto qualitativo é a substituição da informação jurídica enciclopédica cujas conseqüências são, via de regra, a aula-conferência e o

esgotamento da doutrina, pelo acompanhamento do direito-vivo evidenciado por um universo jurídico dinâmico.

A mudança da metodologia exprime, portanto, uma tomada de posição frente ao papel do Direito nas sociedades em desenvolvimento.

O Material de Classe

Esta mudança implicou necessariamente na abertura da aula. Por que abertura? Porque ativou-se a participação planejada dos agentes do 'processo didático: professor e aluno. Isto foi obtido mediante duas providências: (1) o aluno deve ter prévio conhecimento do assunto que vai ser discutido em aula; (2) o professor deve preparar com antecedência o material de cada aula.

Utilizou-se o *material* de classe, que é o instrumento didático preparado pelo professor contendo: (1) síntese doutrinária da matéria, com indicação das fontes bibliográficas; (2) reprodução ou indicação de acórdãos, sentenças, pareceres, que tenham interesse para a matéria a ser discutida; (3) formulação dos casos práticos ou problemas para debate; (4) roteiro para discussão em aula, destacando-se os pontos mais relevantes.

O uso do material de classe é realmente o ponto crucial da mudança metodológica. Ele permite a racionalização da aula e, conseqüentemente, seu melhor aproveitamento acadêmico. A experiência do CEPED foi o primeiro teste regular da utilização do material de classe como instrumento didático, e apresentou resultados estimulantes.

O trabalho do CEPED foi coroado de êxito. Os seus cursos revelaram a ansiedade com que se buscava encontrar o direito. A reação mais comum dos alunos do CEPED foi a de transplantar a metodologia acolhida para os cursos jurídicos regulares. Mas, para isso, era necessário uma análise cuidadosa.

A natureza do CEPED é especialíssima. Poderíamos destacar três aspectos que separam a experiência do CEPED dos cursos jurídicos regulares: (1) a composição do alunado; (2) a montagem da infraestrutura; (3) os recursos disponíveis.

O CEPED oferece um curso de aperfeiçoamento. Os alunos são recrutados dentre os professores e advogados já envolvidos na atividade profissional. Estes alunos foram ao encontro do CEPED pela excelência do curso ministrado, e conscientes de que o aprendizado obtido teria repercussões qualitativas na concorrência do mercado de trabalho.

A infra-estrutura do CEPED foi montada para receber e suportar o tipo de ensino a ser ministrado. Tanto é assim que a Resolução do Conselho Universitário da Universidade do Estado da Guanabara não incorporou o CEPED à Faculdade de Direito. Ele foi instalado na Fundação Getúlio Vargas e funciona autonomamente. Os seus diretores possuem competência própria para operar o funcionamento do CEPED, desde a contratação do pessoal docente e administrativo, até a manutenção de biblioteca própria e movimentação dos recursos financeiros.

Os recursos financeiros disponíveis, sem autorizarem desperdícios, permitiram a realização do programa. Auxílios foram concedidos pela USAID e pela FORD FOUNDATION. O programa abrangeu também bolsas nos Estados Unidos para os alunos selecionados e a vinda de professores visitantes.

Essas marcas características do CEPED não facilitavam a implantação da experiência nos cursos jurídicos regulares. Nestes, o que se deveria fazer era reformar a estrutura existente e, sobretudo, atuar para a mudança da mentalidade dominante.

As Faculdades de Direito que, integradas em uma Universidade, não aceitaram tranquilamente a reforma universitária, representavam uma

parte do problema. Tinha-se de considerar os estabelecimentos isolados de ensino superior.

Como é sabido, montar um curso jurídico nos padrões tradicionais não oferece grandes dificuldades. Não requer laboratório. Não existem aulas práticas no seu real sentido. É suficiente conseguir espaço físico e pessoal docente, este de recrutamento facilitado pela falta de exigências acadêmicas para a contratação. Assim, proliferou o ensino jurídico em massa. As conseqüências imediatas foram as seguintes: (1) aumentou o número dos cursos jurídicos; (2) aumentou a quantidade anual de bacharéis; (3) baixou a qualidade dos cursos.

O Departamento de Ciências Jurídicas da PUC/RJ

Mas, o fermento lançado pelo CEPED suscitou o debate sobre a metodologia empregada. Contribuiu para intensificar o debate, a posição assumida pelo Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Esta Universidade, pioneira na implantação da reforma universitária, situou o seu curso jurídico no Centro de Ciências Sociais. Qual a nota diferenciada dessa posição? É que na PUC a antiga Faculdade de Direito não foi departamentalizada internamente. Ela foi transformada em Departamento e alinhada aos Departamentos de História, Geografia, Economia, Sociologia, Serviço Social e Comunicação Social, constituindo o Centro de Ciências Sociais. Os alunos do curso jurídico passaram a cumprir um primeiro ciclo com duração de dois semestres acadêmicos, comum a todos os cursos do Centro de Ciências Sociais. Ao mesmo tempo, a imediata adoção do regime de créditos permitiu a flexibilização do currículo.

Essas providências permitiram uma abertura científica do curso jurídico, introduzindo-se a obrigatoriedade de estágio sob a orientação de um professor, a oferta de disciplinas eletivas como Mercado de Capitais, Contabilidade, Direito das Sociedades, e, ainda, possibilitando alunos de

direito cursarem disciplinas de outros Departamentos. Além disso, o Departamento passou a contar com um corpo docente de tempo contínuo e a ingressar progressivamente no campo da pesquisa.

A preocupação maior do Departamento é a mudança da metodologia do ensino. Antigos alunos e colaboradores do CEPED, hoje integrando o corpo docente da PUC/RJ, começaram a discutir e examinar as condições para a utilização do material de classe como instrumento do processo didático. Foi observado o seguinte: (1) não é possível mudar de uma só vez a metodologia de ensino. Impõe-se a sua adoção gradual; (2) o processo didático tem muito de pessoal e a metodologia deve levar esse fator em conta; (3) o alunado despertou para o problema, e manifestou reação favorável.

A partir dessas observações a equipe do Departamento de Ciências Jurídicas começou a desenvolver um programa de trabalho destinado a integrar professores e alunos no processo de reforma. Os primeiros resultados são estimulantes.

A experiência do Departamento de Ciências Jurídicas da PUC/RJ revela que os professores e alunos angustiados com a crise do ensino jurídico, estão altamente receptivos ao processo de mudança.

O Papel do Poder Público

Por outro lado, esse processo de mudança deve levar, necessariamente, a uma revisão total do critério a ser seguido pelas autoridades educacionais brasileiras, quer quanto ao reconhecimento de novos cursos jurídicos, quer quanto à fiscalização dos já existentes.

É chegado o momento de restabelecer-se a natureza científica do ensino jurídico. Não é mais possível permitir-se que o aprendizado do direito seja obtido com a simples reunião de três fatores: professores, alunos e espaço físico. Nem muito menos é possível admitir-se que o

ensino jurídico seja ministrado em poucas horas/aula semanais, cobrindo fins-de-semana.

Para que possa respeitar-se o conceito de "mínimo indispensável para uma adequada formação profissional", é preciso uma infra-estrutura acadêmica que multiplique a dedicação de alunos e professores e estimule a pesquisa e o aprendizado prático.

Em primeiro lugar, impõe-se que o Conselho Federal de Educação suspenda temporariamente o reconhecimento de novos cursos jurídicos. Em segundo lugar, é urgente que o Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura determine a análise da situação dos cursos jurídicos existentes, a exemplo do que está sendo feito nas áreas médica e de engenharia. Estas providências permitiriam uma reavaliação objetiva dos cursos jurídicos no Brasil.

O momento é oportuno. O I Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, realizado em Juiz de Fora, marcou nacionalmente o interesse do pessoal docente da área jurídica em participar aceleradamente da mudança dos cursos jurídicos no Brasil. A Carta de Juiz de Fora, aprovada unanimemente, assinalou expressamente essa preocupação e esse sentido de responsabilidade.

O Novo Currículo Mínimo

Outro fator a respaldar as providências mencionadas é o resultado dos trabalhos da Comissão de Juristas designada pelo Professor Newton Lins Buarque Sucupira, Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, para elaborar proposta de novo currículo mínimo. Esta proposta encaminhada pelo Diretor do DAU ao Conselho Federal de Educação, assinalou que o descompasso entre o "sistema jurídico vigente e o contexto real subjacente" decorre do desajuste entre o direito, "técnica de estabilização do processo social" e a realidade histórica.

O currículo mínimo proposto pela Comissão de Juristas foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, com ligeiras modificações.

O novo currículo mínimo compreende matérias básicas (Introdução ao Estudo do Direito, Economia e Sociologia) e matérias profissionais. Dentre as profissionais, oito serão obrigatórias para todos os cursos, e duas serão escolhidas de uma relação de oito matérias. São obrigatórias comuns: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Penal, Direito Comercial, Direito do Trabalho, Direito Administrativo, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal. Serão obrigatórias se escolhidas pelo curso, duas das seguintes matérias: Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado, Ciências das Finanças e Direito Financeiro (Tributário e Fiscal), Direito da Navegação (Marítima e Aeronáutica), Direito Romano, Direito Agrário, Direito Previdenciário, Medicina Legal.

A Resolução do Conselho Federal de Educação, incorporou três inovações importantes, além da estruturação flexível do currículo mínimo.

A primeira é a exigência da prática forense, sob a forma do estágio supervisionado. O que se pretendeu especificar foi a necessidade de oferecer ao aluno um aprendizado prático da vida profissional. Ao lado de uma metodologia que assegure o desenvolvimento do raciocínio jurídico do aluno, a prática forense fecharia o círculo da formação profissional, permitindo um contato *inconcreto* com os problemas da vida forense. Não será fácil para as Universidades ou estabelecimentos isolados o atendimento dessa exigência. A melhor orientação, seria estabelecer contatos com as Procuradorias, Departamentos Jurídicos de grandes empresas, ou escritórios de advocacia para criar um sistema que permitisse o cumprimento do estágio supervisionado nos próprios locais onde se desenrola a atividade profissional. Raríssimas serão as Universidades ou estabelecimentos isolados que poderão manter um escritório modelo para o exercício da prática forense.

A segunda inovação foi a redução do curso para 2.700 horas de atividades, cuja integralização se fará em pelo menos quatro e no máximo sete anos. Observe-se que a Resolução do CFE fala em 2.700 horas de atividades. Não é mais necessário esgotar a duração mínima com o cômputo das horas/aula. Incluídas dentro das 2.700 horas estão todas as atividades do curso.

A resolução do Conselho Federal de Educação permitiu que as instituições criassem habilitações específicas, além da habilitação geral, até o máximo de duas, de cada vez. A habilitação específica será obtida mediante a "intensificação de estudos em áreas correspondentes às matérias fixadas no currículo mínimo e em outras que sejam indicadas no currículo pleno".

A habilitação específica corresponde à especialização no currículo de graduação. Essa especialização será alcançada pela concentração dos estudos em uma área determinada do conhecimento jurídico. Assim, pode o curso oferecer especialização em direito de empresas, em direito penal, em direito público, etc.

É preciso muita cautela na aplicação dessa inovação. A habilitação específica deve ser conferida conscientemente e, para isso, a instituição universitária deve estar acadêmica e administrativamente preparada. Por outro lado, ela só deve ser iniciada depois que o aluno obtiver um conhecimento razoável da ciência jurídica, o que pode ser atingido até o 5º período de créditos. Parece-me que de 800 a 1.000 horas serão suficientes para dirigir o estudo do aluno, outorgando-lhe uma habilitação específica. É o momento adequado para refazer o curso jurídico com a dimensão do mercado de trabalho que é oferecido ao bacharel de direito.

Aperfeiçoamento e Formação de Professores

É sabido que um dos pontos críticos do ensino jurídico é o recrutamento do pessoal docente. Não existe programa regular de aperfeiçoamento e formação de professores de direito, mas há cada vez maior número de cursos jurídicos. Daí se segue a insuficiência de docentes qualificados para o magistério jurídico.

Não pode mais ser retardado um adequado programa de pós-graduação que promova o aperfeiçoamento dos docentes na área jurídica. Preliminar para implantação desse programa é a redefinição das prioridades para os investimentos do setor público no ensino superior. É necessário repisar a noção de prioridade. Prioridade não quer dizer exclusividade, como parece, vem sendo entendida pelos órgãos governamentais. Exemplo marcante dessa posição do poder público é a política de fixação de pessoal docente em tempo integral, realizada por intermédio da CONCRETIDE. Dos nove mil professores já beneficiados pelo programa da CONCRETIDE nenhum pertence à área jurídica. Não há, portanto, incentivo para fixar os professores de direito da Universidade, em regime de tempo integral.

Esforço válido vem sendo realizado por meio de um convênio assinado entre a CAPES e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Por esse convênio é possível a utilização de recursos oficiais para a fixação de pessoal docente nas Universidades. É a hora do ensino jurídico habilitar-se ao recebimento desses recursos para o início das providências acadêmicas necessárias à implantação da pós-graduação.

Sem professores de tempo integral dificilmente poderá ser organizado programa de pós-graduação, ou de pesquisa que atenda às exigências da didática, moderna. Mesmo ao nível de graduação a atividade acadêmica, para ser produtiva reclama maior integração professor-aluno, o que só pode ser obtido com o substancial aumento do tempo de permanência de ambos na Universidade.

Antigamente os cursos de pós-graduação em direito, na sua quase totalidade ao nível de doutoramento, apenas prolongavam o currículo de graduação. O sistema de aulas diárias esgotava a atividade acadêmica, e a pesquisa era esforço individual sem adequada supervisão docente. Os professores dedicavam pouquíssimo tempo ao curso, e os alunos freqüentavam a Universidade para cumprir mera formalidade.

Os programas de pós-graduação em Ciências Jurídicas devem sofrer completa revisão. Parece-me que podem ser fixadas algumas diretrizes fundamentais, para que a pós-graduação em direito alcance o seu verdadeiro sentido.

O Papel do CFE e os Centros Regionais de Pós-Graduação

O Conselho Federal de Educação deve redobrar a sua cautela no exame dos processos de credenciamento dos cursos de pós-graduação em ciências jurídicas, de modo a impedir a sua proliferação desordenada. O Conselho Federal de Educação já aprovou as normas especiais para o credenciamento de cursos de pós-graduação. Essas normas, se observadas devidamente, poderão servir como instrumento hábil na seleção dos cursos de pós-graduação merecedores do reconhecimento do poder público e, em consequência, aptos a obterem recursos oficiais destinados aos programas do aperfeiçoamento de pessoal docente.

A política dos Centros Regionais de Pós-Graduação, implantada a partir do Decreto nº 67.350, de 6 de outubro de 1970, veio reforçar o papel de controle do Conselho Federal de Educação.

Ainda que mereça reparos a forma de organização dos Centros Regionais de Pós-Graduação, a sua implantação permitirá a racionalização dos investimentos do setor público e, ao mesmo tempo, servirá para seleccionar os cursos de pós-graduação de alto nível que poderão receber recursos oficiais para sua manutenção e desenvolvimento.

O Centro Regional de Pós-Graduação é entendido como o conjunto de cursos de pós-graduação, de Mestrado e Doutorado, credenciados pelo Conselho Federal de Educação, funcionando coordenada e organicamente, e correspondendo a uma determinada região do País (V. artigo 1º do Decreto nº 67.350, de 6 de outubro de 1970). A União responderá aos encargos decorrentes da implantação dos Centros Regionais, destinando recursos orçamentários para a manutenção dos cursos de pós-graduação mediante principalmente: (a) formação ou expansão de bibliotecas especializadas e serviços de documentação, com vistas ao desenvolvimento dos cursos de pós-graduação; (b) aquisição de material de consumo; (c) pagamento ou suplementação de salários de pessoal docente e auxiliar técnico ou administrativo, para trabalho em regime de tempo integral; (d) custeio de despesas com professores visitantes, inclusive estrangeiros (V. artigo 9º, II, do Decreto nº 67.350, de 6 de outubro de 1970).

Esses recursos colocados à disposição do ensino superior para a implantação da pós-graduação, devem ser aproveitados criteriosamente na área do ensino jurídico.

Objetivo da Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

Parece-me claro que o objetivo principal da pós-graduação em ciências jurídicas, nesse momento, é o aperfeiçoamento e a formação do pessoal docente. Isto não quer dizer que o aluno da pós-graduação obrigatoriamente, venha a se tornar professor. Trata-se aqui, ainda uma vez, de prioridade e, não, de exclusividade.

Em uma primeira fase a pós-graduação em ciências jurídicas deve ser organizada ao nível de mestrado. Ao meu modo de ver é desnecessária a criação de cursos de doutoramento nessa etapa. Além de exigirem uma infra-estrutura acadêmico-administrativa muito complexa e cara, os cursos de doutoramento só serão reclamados depois de

suficientemente provido o mercado de mestres em Direito que o Brasil, já agora, precisa com urgência.

O mestrado em ciências jurídicas deve acolher uma organização curricular flexível que atenda às exigências de um aprofundamento na formação básica obtida no curso de graduação, enfatizando, em um primeiro momento, o aprendizado da teoria geral do direito. O curso deverá conduzir o aluno a um estudo especializado com permanente supervisão docente. Parece ser indispensável que o aluno do curso de mestrado receba formação na área da metodologia e técnica de pesquisa e desenvolva os estudos de didática geral.

É necessário enfatizar o papel da supervisão docente. A orientação do professor deve ser o mais importante elemento do curso de mestrado. Essa orientação permitirá um melhor aproveitamento dos trabalhos acadêmicos. Recentemente o DAU organizou o 1º Simpósio de Política Nacional de Pós-Graduação, em Brasília, do qual participaram 61 entidades, totalizando 197 participantes. O Tema II desse Simpósio foi a "Necessidade do Sistema Tutorial nos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*". As conclusões apresentadas pelo Relatório Geral mostraram a necessidade da adoção do sistema e indicaram que a "direção personalizada do discente pelo docente deve ser contínua, extensa e flexível, não restrita a encontros periódicos, nem limitada a aspectos específicos das atividades desenvolvidas pelo estudante."

É necessário caracterizar o curso de mestrado como aprofundamento da formação básica. Não se trata de prolongar os estudos de graduação, com a repetição do processo didático esgotado no sistema de horas/aula. A substituição da aula pelo estudo orientado e pelo acompanhamento de Seminários, ao nível pós-graduação, parece ser o melhor caminho.

Esse esquema exige necessariamente uma organização acadêmica que disponha de recursos suficientes para manter professores de tempo integral, boa biblioteca, mimeógrafo para reprodução de textos escolhidos e material de classe, serviços de secretaria, e, ainda, dispor de espaço físico adequado para a instalação de professores e alunos e capacidade para desenvolver atividades de pesquisa.

Um dos aspectos mais importantes da pós-graduação é a disponibilidade do professor para a criação científica. Não se pode pensar que um professor de pós-graduação seja mero repetidor de idéias adquiridas pela acumulação cultural. A elaboração é essencial para manter a excelência do aprendizado.

O professor deve produzir permanentemente, o que implica uma distribuição horária para atividades de pesquisa.

Os Cursos de Extensão

A pós-graduação não deve esgotar o processo do ensino jurídico. É importante que os cursos jurídicos estejam preparados para oferecer à comunidade atividades de extensão. Essas atividades podem ser em nível de aperfeiçoamento ou de especialização.

Além da experiência pioneira do CEPED vale registrar o exemplo do Curso de Especialização ministrado pelo Departamento de Ciências Jurídicas da PUC/RJ, em Convênio com o Ministério de Minas e Energia. É uma iniciativa muito interessante, porque revela o interesse do setor público, pela primeira vez na área jurídica, em recorrer à Universidade para a especialização do seu quadro de advogados. Esse curso foi coroado de êxito, o que vem confirmar o valor e o acerto da experiência.

É necessário ter cuidado na programação das atividades de extensão. Ao nível do academicamente produtivo as atividades de extensão

não podem ficar reduzidas a "cursinhos" de duração limitada e com natureza e finalidades meramente informativas. Essas atividades devem ter seriedade científica, e os cursos de aperfeiçoamento ou especialização devem utilizar metodologia adequada que assegure ao aluno um aprendizado consciente.

Conclusão

Cabe às Universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, por intermédio dos seus órgãos competentes, a grande responsabilidade de estabelecer a seriedade do curso jurídico. É preciso compreender, definitivamente, que o ensino jurídico não pode ficar ao sabor do oportunismo financeiro. Ele exige criteriosa oferta de disciplinas, rigorosa seleção do pessoal docente, eficiente controle acadêmico, biblioteca especializada e adequada infra-estrutura administrativa.

O curso jurídico tem um largo campo de profissionais a graduar. O bacharel em ciências jurídicas não esgota o seu serviço à sociedade no exercício da atividade forense. Na vida internacional, na empresa, na função pública, na consultoria técnica, o bacharel encontra terreno próprio para atuar.

Se parcela ponderável de responsabilidade está com os titulares do ensino jurídico, é preciso não esquecer a responsabilidade do poder público. Nesse sentido, é necessário que os órgãos competentes exerçam a função fiscalizadora com critério e seriedade.

Todos os caminhos para a renovação do ensino jurídico estão desobstruídos. É hora, portanto, de uma nova passagem, acompanhando o compasso da história.